

A Radar //

Banco não despede mas congela salários até três anos

Negociações entre sindicatos e banco continuam a decorrer

A Caixa Económica Montepio Geral deverá congelar os salários dos seus trabalhadores, mas os despedimentos coletivos durante o período de congelamento ficarão fora de questão. O Montepio continua a negociar com os sindicatos os termos em que se realizará o acordo de empresa.

Este acordo irá incluir "o congelamento da tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária" durante um período ainda não determinado de entre dois e três anos", já garantiu a Febase, federação membro da UGT.

No entanto, como contrapartida, a Caixa Económica Montepio Geral não poderá recorrer "a despedimento coletivo durante esse período" e a idade de reforma dos funcionários "passará a ser nos termos da legislação atualmente em vigor".

Este acordo – negociado entre os sindicatos da Febase, o Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB) e o Montepio – irá aplicar-se aos trabalhadores da CEMG e também do Montepio Crédito e do Montepio Valor.

O SNQTB está ainda a negociar com o Montepio a retirada de isenções de horário de trabalho, algo que afetava 500 funcionários do banco e que ocorreu em paralelo às negociações para o acordo de empresa.

"O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB) informou a administração do Montepio Geral (MG) que o fecho do processo negocial em curso para a obtenção do acordo de empresa está condicionado a uma clarificação da posição da instituição bancária no que se refere ao corte de isenções de horário de trabalho", indica entidade. A ideia é perceber se a isenção que a caixa retirou foi atribuída em "avaliação de mérito" ou se há casos visados pela retirada. S. P. P.

Montepio. Banco passa hoje a sociedade anónima

Jurista contactada pelo *i* diz que esta transformação vai tornar banco mais transparente e facilitar o trabalho de supervisão

SÓNIA PERES PINTO
sonia.pinto@ionline.pt

"Maior transparência, isenção e imparcialidade." E desta forma que a jurista Mariana Aires de Abreu, da Miranda & Associados, contactada pelo *i*, vê a transformação da Caixa Económica Montepio Geral em sociedade anónima – uma questão que vai hoje ser discutida em assembleia-geral pelos associados do Montepio. Para aprovar esta alteração basta o voto a favor de uma maioria simples dos associados presentes.

No entanto, o banco já admite que, caso não se verifique o quórum constitutivo necessário para a assembleia-geral se reunir em primeira convocação, haverá uma segunda assembleia, a realizar no dia 7 de dezembro.

A jurista lembra ainda que esta alteração vai pôr fim "às zonas cinzentas" que ainda persistem no banco e com isso "vai facilitar o trabalho de supervisão" por parte do Banco de Portugal (BdP). "Esta alteração vai permitir ao banco ter uma estrutura mais organizativa, uma gestão mais transparente, e res-

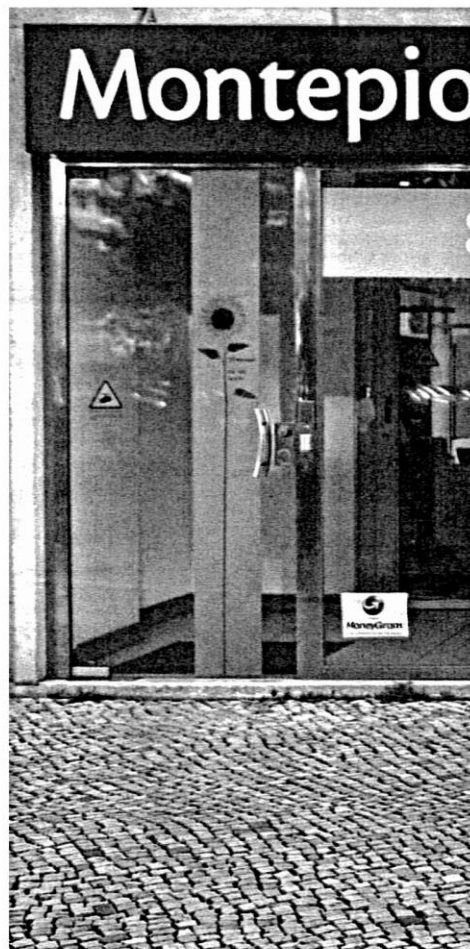
peitar os códigos das sociedades comerciais", salienta.

Ainda assim, Mariana Aires de Abreu admite que, para os clientes, "nada mudará". "Vão continuar a ver o banco e os produtos que são disponibilizados exatamente da mesma forma como são apresentados agora."

A garantia também foi dada ao *i* por fonte ligada ao processo ao afirmar que, "do ponto de vista dos clientes, fica tudo igual, mas internamente representa uma evolução na vida do Montepio e que já estava prevista no anterior mandato do presidente".

Mas, afinal, o que muda realmente? Na prática, esta alteração para sociedade anónima traduz-se na passagem da representação do capital social da instituição para ações. Atualmente, é representado por unidades de participação.

Desta forma, a instituição liderada por Félix Morgado poderá ter novos investidores. Neste momento, a Caixa Económica Montepio Geral é totalmente detida pela associação mutualista do mesmo nome, que conta com cerca de 365 mil associados, tendo sido esta a reforçar o capi-



tal da instituição. Aliás, a última capitalização acabou por não recorrer a acionistas externos – até porque, enquanto não se transformar em sociedade anónima, não o poderia fazer –, mas foi feita por via da própria associação mutualista, que injetou capital no fundo de participação e adquiriu participações nas áreas de seguros através da sua seguradora, a Lusitânia.

ACIONISTAS Mas apesar de Félix Morgado "sonhar" com a entrada de novos acionistas, a jurista Mariana Aires de Abreu acredita que, para já, a Caixa Económica vai continuar a ser detida exclusivamente pela associação mutualista, mesmo estando prevista a abertura do capital da instituição financeira a novos investidores.

Félix Morgado já admitiu que ter mais acionistas era uma "vantagem" para a instituição

Caixa Económica Montepio Geral é totalmente detida pela associação mutualista

CLIPPER BOOK MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
MEDIA	JORNAL "I"			
Nº PAG.	14 / 15	DATA	22 novembro 2016	

BANCA



Na prática, esta alteração para sociedade anónima traduz-se na passagem da representação do capital social da instituição para ações. Atualmente, é representado por unidades de participação

DIANA TINOCO

nição em relação a esta instituição, designadamente em matéria de supervisão.

PERDAS DUPLICAM Nos primeiros seis meses do ano, a Caixa Económica Montepio Geral registou um resultado líquido negativo de 67,6 milhões de euros, mais do dobro face ao prejuízo de 28,9 milhões de euros no período homólogo de 2015.

Este resultado refletiu "os impactos transversais ao setor", segundo Félix Morgado, apontando para as contribuições sobre o setor bancário, para o Fundo Único de Resolução e para o Fundo de Resolução Nacional, que totalizaram 26,4 milhões de euros, contra os 12,9 milhões de euros no primeiro semestre de 2015.

O banco mutualista sentiu também o impacto em "investimentos financeiros específicos" no montante de 52,2 milhões de euros, entre os quais é considerada a desvalorização de ativos financeiros do setor das telecomunicações, nomeadamente da operadora brasileira Oi. A este valor soma-se o efeito fiscal de 20,5 milhões de euros.

A verdade é que a ideia da transformação numa sociedade anónima já é antiga. A hipótese chegou mesmo a ser colocada quando foi criada, ainda pelo anterior executivo, a legislação que aprovou o novo regime jurídico das caixas económicas.

Já no ano passado, o presidente do Montepio, Félix Morgado, admitira que ter mais acionistas era uma "vantagem" para a instituição financeira. Ainda assim, defendeu que o objetivo era ter sempre "a melhor performance possível" e que estavam em aberto todas as possibilidades.

Até aqui, os aumentos de capital até 1500 milhões de euros podiam ser decididos apenas pelo conselho de administração. Só acima desse montante é que seria necessária a autorização da assembleia-geral.

O cenário poderá mudar a partir desta terça-feira. De acordo com os novos estatutos, o capital social da caixa económica do Montepio poderá ser aumentado, mas sempre e "só" com autorização da assembleia-geral, presidida por Manuel Cardoso Martins.

A assembleia-geral da Caixa Económica é composta pelos membros do conselho-geral do Montepio Geral, a associação mutualista. O conselho-geral é composto pela mesa da assembleia, pelo conselho fiscal e pelo conselho de administração da mutualista. Desta forma, o presidente da administração da mutualista, António Tomás Correia, terá uma palavra a dizer. A aprovação na assembleia é por maioria simples.

Atividade das caixas que funcionam como bancos foi definida em 2015

Caixa Económica registou resultado líquido negativo de 67,6 milhões de euros

NOVAS REGRAS Em 2015, o Conselho de Ministros aprovou um diploma que veio regulamentar a atividade das caixas económicas que funcionam como bancos. A clarificação e reforço da supervisão do Banco de Portugal e uma separação clara entre os acionistas e a administração das instituições foram dois aspetos destacados pelo anterior governo.

Este diploma veio distinguir as caixas económicas de maior dimensão, onde se inclui o Montepio Geral, que passam a estar equiparadas a bancos em matéria de controlo e supervisão. O critério é terem ativos superiores a 50 milhões de euros.

Na altura, o executivo considerou que, com estas alterações, foi possível ultrapassar um patamar de alguma indefi-